

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – IGESC/UFU

ALEX SILVA DE SOUSA

Formação e (In)justiças: Um Olhar sobre a EJA/EPT no Brasil, com Ênfase no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)

Uberlândia

2025

ALEX SILVA DE SOUSA

Formação e (In)justiças: Um Olhar sobre a EJA/EPT no Brasil, com Ênfase no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Barbosa

Uberlândia

2025

ALEX SILVA DE SOUSA

Formação e (In)justiças: Um Olhar sobre a EJA/EPT no Brasil, com Ênfase no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Projeja)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Barbosa

Uberlândia, 24 de setembro de 2025.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Túlio Barbosa – UFU

---

Profa. Dra. Ângela Maria Soares – UFU

---

Profa. Dra. Beatriz Ribeiro Soares – UFU

## **AGRADECIMENTOS**

Ao encerrar esta etapa da minha formação, sinto a necessidade de expressar minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, caminharam comigo nessa jornada.

Primeiramente, dedico meus agradecimentos à minha família, meu porto seguro e minha inspiração diária. Foi através do amor, do incentivo e da confiança de cada um de vocês que pude superar desafios, acreditar em minhas potencialidades e seguir firme na construção do meu conhecimento. Vocês não apenas me apoiaram, mas também acreditaram no meu sonho quando eu mesmo duvidava de meus limites.

Aos meus professores, deixo meu reconhecimento mais sincero. Cada aula, cada orientação e cada palavra de incentivo contribuíram para moldar não apenas meu aprendizado, mas também minha postura como ser humano e como profissional. É por meio do trabalho de vocês que aprendi que a educação é, acima de tudo, transformação e responsabilidade.

Agradeço ainda aos amigos que estiveram comigo ao longo dessa trajetória, oferecendo apoio, motivação e companhia nas horas de dúvida e nas conquistas. Em especial, aos amigos de São José dos Campos, cujo incentivo constante tornou mais leve e mais significativa minha caminhada na educação.

Sou igualmente grato a todas as experiências vivenciadas, tanto na licenciatura quanto no bacharelado, que me permitiram formar-me como um geógrafo integral. Cada desafio superado, cada projeto realizado e cada descoberta feita ao longo desses anos me transformou, tornando-me capaz de compreender e atuar de forma ampla e consciente na minha profissão.

Por fim, a todos que de alguma forma participaram dessa trajetória, deixo meu sincero agradecimento. E encerro com as palavras de Paulo Freire, que resumem o sentido de toda educação que buscamos: “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo.” – Paulo Freire

Se você não tivesse capacidade, Deus não te

daria a oportunidade. Seus medos você já

conhece, experimente suas coragens.

Santa Terezinha

## RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil constitui-se como uma modalidade marcada por desafios históricos, sociais e estruturais, voltada a sujeitos cujas trajetórias escolares foram interrompidas. Ao longo das últimas décadas, a EJA consolidou-se como política pública de inclusão e democratização do ensino, reafirmada pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB/1996. Nesse cenário, ganha destaque a integração entre a EJA e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), formalizada pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto nº 5.840/2006. O programa busca superar a histórica dualidade entre formação geral e formação profissional, articulando o acesso à escolarização com a qualificação para o trabalho e a cidadania. Este trabalho analisa a trajetória da EJA e do PROEJA, abordando seus marcos legais, fundamentos pedagógicos e os desafios que permeiam sua implementação. Constata-se que, apesar de seu potencial transformador, o PROEJA enfrenta obstáculos significativos, como a insuficiência de recursos, a falta de infraestrutura e as dificuldades de articulação entre os campos da formação geral e profissional. Ainda assim, a proposta representa um avanço no sentido de construir uma escola mais inclusiva, aberta ao diálogo com as realidades dos educandos e comprometida com a justiça social.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; PROEJA; Educação Profissional e Tecnológica; Políticas Públicas; Formação Humana Integral.

## **ABSTRACT**

Youth and Adult Education (EJA) in Brazil is a modality marked by historical, social, and structural challenges, aimed at individuals whose schooling trajectories were interrupted. Over the past decades, EJA has been consolidated as a public policy of inclusion and democratization of education, reaffirmed by the 1988 Federal Constitution and the LDB/1996. In this context, the integration between EJA and Professional and Technological Education (EPT) gains prominence, formalized by the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Youth and Adult Education modality (PROEJA), established by Decree No. 5.840/2006. The program seeks to overcome the historical duality between general education and vocational training, linking access to schooling with qualification for work and citizenship. This paper analyzes the trajectory of EJA and PROEJA, addressing their legal frameworks, pedagogical foundations, and the challenges surrounding their implementation. It is found that, despite its transformative potential, PROEJA faces significant obstacles, such as insufficient resources, lack of infrastructure, and difficulties in articulating the fields of general and professional education. Nevertheless, the proposal represents progress toward building a more inclusive school, open to dialogue with the realities of learners and committed to social justice.

**Keywords:** Youth and Adult Education; PROEJA; Vocational and Technological Education; Public Policies; Integral Human Formation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>O EJA NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO .....</b>	<b>10</b>
<b>ORIGENS E DIRETRIZES DO PROEJA .....</b>	<b>13</b>
<b>A INTEGRAÇÃO ENTRE EJA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>	<b>16</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>19</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>21</b>

## INTRODUÇÃO

A trajetória educacional de jovens e adultos no Brasil é marcada por desafios históricos, sociais e estruturais que, até os dias atuais, impõem obstáculos à garantia do direito à educação para todos.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) nasce como uma resposta a essas desigualdades, buscando oferecer a sujeitos historicamente marginalizados a oportunidade de retomar seus estudos e ressignificar suas vivências escolares e sociais.

No entanto, a EJA não pode ser pensada de forma isolada, como se bastasse apenas devolver ao indivíduo o acesso à escola, é preciso considerar o sentido dessa escolarização, suas finalidades, seus vínculos, sua identidade com a vida escolar, com o mundo do trabalho e com a construção da cidadania. É nesse contexto que a integração entre a EJA e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) adquire importância, dando origem ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O programa representa uma tentativa concreta de articular formação geral e formação profissional, superando a histórica dualidade que separou o saber acadêmico do saber técnico.

O presente trabalho parte da necessidade em compreender os sentidos da formação humana no âmbito da EJA/EPT, analisando o percurso histórico da modalidade, as políticas públicas que a estruturam e os desafios enfrentados em sua efetivação. Parte-se do reconhecimento da diversidade dos sujeitos atendidos por esse programa, considerando suas trajetórias interrompidas, suas experiências de vida e seus desejos de transformação pessoal, profissional e social.

A construção da identidade enquanto estudantes ressignifica o sentido da própria existência, visto que os sujeitos passam a se compreenderem para além da classe trabalhadora e passam a integrar um sentido propositivo de sua própria formação.

Para a realização desta análise, adota-se uma abordagem metodológica qualitativa de natureza bibliográfica e documental, com ênfase em pesquisa teórica e interpretativa. A coleta de dados envolveu a revisão sistemática de fontes primárias, como legislações federais (ex.: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei nº 9.394/1996; e Decreto nº 5.840/2006, que regulamenta o PROEJA), relatórios oficiais do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de literatura acadêmica especializada em educação de adultos e formação profissional. A análise dos dados foi conduzida por meio de uma abordagem hermenêutica, buscando interpretar os sentidos da

formação humana à luz das perspectivas críticas da educação popular e da pedagogia da autonomia, conforme preconizado por Paulo Freire. Essa metodologia permite uma compreensão aprofundada das dinâmicas históricas e sociais, sem a realização de pesquisa empírica de campo, priorizando a articulação teórica para subsidiar reflexões sobre políticas educacionais inclusivas.

Discutimos inicialmente, os fundamentos e especificidades da EJA, traçando um breve percurso histórico de sua consolidação como política educacional no Brasil. Em seguida, analisamos o processo de construção do PROEJA, destacando seus marcos legais, diretrizes e impactos na educação pública. Por fim, abordamos os desafios da formação humana integrada no contexto da EJA/EPT, refletindo sobre a necessidade de um currículo sensível às realidades dos educandos e que promova uma educação de qualidade.

## O EJA NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO

Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil carrega consigo as marcas da própria trajetória social do país, uma caminhada repleta de desafios, conquistas e a persistente busca pelo direito universal à educação. Ao longo dos anos, essa modalidade tem se moldado e se fortalecido por meio de diferentes iniciativas. Em alguns momentos, emergiram campanhas urgentes de alfabetização, tentando atender a uma necessidade imediata; em outros, políticas mais estruturadas foram criadas para garantir que jovens, adultos e idosos pudessem, enfim, ter acesso à escolarização e serem incluídos no sistema educacional de forma digna e efetiva.

Nesse sentido, Arroyo (2007), nos convida a refletir sobre essa especificidade, onde:

A EJA se defronta com essas polarizações na forma de viver o ser jovem-adulto popular e qual é o projeto educativo diante dessa realidade? A EJA tem que ser uma modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas. Sendo que qualquer tentativa de diluí-los em categorias muito amplas os desfigura. Eu diria que os últimos anos foram tempos de deixar, ainda, mais recortadas essas configurações do que venha a ser jovem e adulto popular. (ARROYO, 2007. p.07)

Esse posicionamento é particularmente relevante porque evidencia a necessidade de uma EJA que vá além de uma mera padronização ou generalização. Afinal, esses sujeitos chegam às salas de aula carregando histórias marcadas por desigualdades sociais, culturais e econômicas que moldam quem são. Surge, portanto, a reflexão: será que estamos realmente preparados para reconhecer e valorizar essas histórias individuais como ponto central de nossa prática educativa?

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) passou a ser oficialmente reconhecida como um direito educacional com a Constituição Federal de 1988, um momento marcante que simbolizou o compromisso do país com a inclusão e a democratização do ensino. Em seguida, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) reforçou esse progresso ao integrar a EJA como uma modalidade de ensino estruturada, garantindo acesso à escolarização para jovens e adultos. Esse avanço não se limitou a uma simples mudança na legislação; foi uma vitória significativa na luta pela equidade. Ele estabelece que o ensino fundamental deve ser garantido como um direito universal, independentemente da idade ou das experiências pessoais de cada indivíduo.

O desafio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) vai muito além da simples escolarização; ele envolve reconhecer e valorizar os sujeitos que fazem parte dessa modalidade de ensino em toda a sua complexidade. Como destaca Arroyo (2007, p. 35), os estudantes da EJA não são apenas "alunos em falta", mas pessoas cujas trajetórias de vida foram

profundamente marcadas pelo trabalho, pela exclusão social e pela incessante luta por oportunidades. Assim, a educação não deve ser vista apenas como um processo de transmissão de conhecimento, mas sim como um espaço de afirmação e reconstrução de identidades.

Gadotti (2005) reforça essa perspectiva ao enfatizar que a EJA precisa ser um espaço de aprendizagem que reconheça e respeite os saberes prévios dos estudantes, construídos ao longo da vida e nas mais diversas experiências sociais. Dessa forma, o currículo e as metodologias de ensino devem dialogar com essas vivências, permitindo que o aprendizado seja significativo e conectado à realidade dos alunos. Afinal, a educação não pode se limitar a ser um instrumento de adaptação ao mercado de trabalho, mas deve ser um meio de emancipação social, proporcionando aos estudantes da EJA uma formação crítica e cidadã.

Desta forma, a educação de jovens e adultos precisa garantir um currículo voltado para as necessidades da classe trabalhadora, com isso precisam entender que existe um limite de tempo e de espaço para a composição dos conteúdos e do trajeto formativo.

A educação, de forma geral, muitas vezes se restringe a um modelo voltado para o adestramento e a conformação, em vez de promover a formação integral do sujeito. Nesse contexto alerta para a construção de um cidadão limitado, cuja educação visa apenas torná-lo apto a se inserir no mercado de trabalho, sem maiores perspectivas de emancipação, neste horizonte:

A educação em geral e, particularmente, a educação profissional se vincula a uma perspectiva de adestramento, acomodação, mesmo que se utilizem noções como as de educação polivalente e abstrata. Trata-se de conformar um cidadão mínimo, que pensa minimamente e que reaja minimamente. Trata-se de uma formação numa ótica individualista, fragmentária - sequer habilite o cidadão e lhe dê direito a um emprego, a uma profissão, tornando-o apenas um mero "empregável" disponível no mercado de trabalho sob os desígnios do capital em sua nova configuração. (FRIGOTTO, 2001, p.80)

A citação acima, apresenta uma crítica contundente ao modelo de educação profissional predominante em determinados contextos. Ele evidencia como, sob uma lógica individualista e fragmentada, a formação educacional muitas vezes se limita a preparar indivíduos apenas para atender às demandas do mercado de trabalho, transformando-os em "empregáveis" que servem aos interesses do capital em sua configuração moderna. Essa abordagem reduz o papel da educação, que deveria ser um espaço de emancipação, ao de um mecanismo de adestramento e acomodação.

Esse contexto nos faz refletir sobre o real objetivo da educação profissional. Será que ela está apenas preparando pessoas para atenderem às exigências do mercado, restringindo suas oportunidades e reduzindo-as à condição de "empregáveis"? Ou poderia ter um papel central

na construção de uma sociedade mais justa, incentivando a autonomia, o pensamento crítico e a igualdade de oportunidades? Concentrar a educação unicamente em demandas econômicas pode acabar desumanizando os indivíduos, privando-os do direito a uma formação completa e ao pleno exercício da cidadania.

## ORIGENS E DIRETRIZES DO PROEJA

A Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT) surge como uma política pública nacional consolidada por diferentes decretos, como o Decreto nº 5.840, de 2006, que fortalece a articulação entre a educação básica e a formação profissional. Ele foi possível graças às alterações na LDB, promovidas pelo Decreto nº 5.154, de 2004, que abriu espaço para cursos mais flexíveis e voltados às necessidades dos alunos.

Presente no decreto, estabelece-se, em âmbito nacional, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade voltada para Jovens e Adultos - PROEJA, em conformidade com as orientações definidas por este decreto:

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - Formação inicial e continuada de trabalhadores; e

II - Educação profissional técnica de nível médio. (BRASIL, 2006)

O PROEJA tem como propósito estabelecer uma política pública que integre a educação profissional técnica de nível médio à Educação de Jovens e Adultos (EJA). Essa iniciativa é destinada a atender jovens e adultos por meio de cursos e programas que combinam formação acadêmica com qualificação profissional, seja no ensino fundamental ou médio. O objetivo central é elevar o nível de escolaridade e, ao mesmo tempo, preparar esses indivíduos para o mundo do trabalho. Além disso, busca garantir um acolhimento específico para aqueles que tiveram trajetórias escolares interrompidas, promovendo a universalização do acesso à educação básica de forma articulada às exigências do mercado de trabalho e às necessidades sociais. (COELHO; GONÇALVES. 2012)

Diante, do Decreto nº 5.840, de 2006, que regulamenta o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA (PROEJA), tabela apresentada alguns aspectos deste decreto, com seus objetivos princípios e diretrizes e impactos na educação, que são:

**Quadro 01 - Principais Aspectos do Decreto nº 5.840/2006 e sua Relevância para o PROEJA**

<b>Aspectos do Decreto nº 5.840, de 2006</b>	<b>Detalhes</b>
<b>Objetivo Principal</b>	Regulamentar o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade EJA (PROEJA).
<b>Data de Publicação</b>	13 de julho de 2006
<b>Diretrizes</b>	Define bases para oferta de cursos integrados; articulação entre formação básica e profissional.
<b>Impactos na Educação</b>	Ampliação de oportunidades educacionais para jovens e adultos; inclusão social e qualificação profissional.
<b>Importância Nacional</b>	Contribui para uma política pública educacional em âmbito federal, promovendo alinhamento com demandas do mercado de trabalho.

Fonte: Decreto nº 5.840, de 2006  
Elaborado pelo autor

Essa tabela é uma síntese das informações principais sobre o Decreto nº 5.840, de 2006. Ela apresenta os aspectos centrais de maneira objetiva e clara, destacando o impacto dessa legislação na consolidação do PROEJA como uma política pública fundamental para a inclusão educacional e profissional de jovens e adultos. No entanto, ao analisarmos mais de perto, alguns pontos podem ser aprofundados para trazer uma visão mais crítica e reflexiva, onde:

O proeja foi criado pelo governo federal (Decreto n. 5.478/05), motivado a ampliar, no sistema público de ensino, as ações e vagas destinadas à educação de jovens e adultos (EJA). Nasceu circunscrito às instituições federais de EPT, para oferecer ensino médio articulado como a FIC e com a EPTNM. Em 2006, novas diretrizes (Decreto n. 5.840/06) alargaram sua abrangência, incluindo o ensino fundamental da EJA, instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (Sistema S). (MACHADO, 2011, p.699)

O PROEJA, ao propor a integração dessas duas dimensões, apresenta-se como uma tentativa significativa de superar as desigualdades educacionais que historicamente separaram a elite dos trabalhadores no acesso e na qualidade da formação. Esse esforço enfrenta desafios substanciais tanto no campo político quanto pedagógico. Para que a integração aconteça de forma eficaz, é preciso adotar uma abordagem curricular inovadora e atenta às condições sociais vividas, as experiências, pelos estudantes. Mais do que simplesmente combinar conteúdos de maneira teórica, essa integração deve ser capaz de impulsionar o desenvolvimento pleno do indivíduo, ampliando suas oportunidades de participação ativa na sociedade e no exercício pleno da cidadania.

Os documentos do PROEJA (Brasil. MEC, 2007) ressalta a diversidade dos estudantes da EJA, um público formado por indivíduos com trajetórias educacionais interrompidas ou que, em algum momento de suas vidas, foram privados do acesso à educação escolar formal. Diante desse contexto, é fundamental que a escola os acolha de maneira significativa, garantindo que sejam plenamente inseridos no processo de ensino e aprendizagem, não apenas como receptores passivos de uma formação, mas como sujeitos ativos desse percurso educativo. Como destaca Maron (2009), reduzir essa abordagem a uma visão simplista pode acabar perpetuando as mesmas barreiras de exclusão vividas anteriormente. Por isso, o compromisso com uma educação integradora deve ser guiado pelo reconhecimento das histórias e necessidades desses estudantes, promovendo uma formação que realmente contribua para sua autonomia e participação social. (FILHO, 2010)

## A INTEGRAÇÃO ENTRE EJA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A formação integral no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no PROEJA, enfrenta o desafio de integrar aspectos que tradicionalmente são fragmentados. Os alunos desse programa expressam percepções e expectativas que revelam essa contradição, pois, ao mesmo tempo em que buscam conhecimento, também desejam conexões diretas com o mundo do trabalho e uma transformação real em suas trajetórias de vida.

Embora o PROEJA apresenta uma visão otimista em seu desenvolvimento, nos convida também a uma reflexão mais profunda sobre os desafios e deficiências que ainda precisam ser superados para que o PROEJA realize todo o seu potencial transformador. Afinal, a educação integrada deve ser concebida não apenas como um meio de inclusão, mas como um verdadeiro instrumento de emancipação para seus beneficiários.

A integração entre Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional consiste em um desafio político e pedagógico para o PROEJA, pois representa uma possibilidade concreta de efetivação de um currículo que dê conta do desenvolvimento integral do sujeito, com sólidos fundamentos científico-tecnológicos e histórico sociais orientados pela articulação entre trabalho, ciência e cultura. Isso aponta para a superação da dualidade entre formação geral e formação profissional, uma característica marcante na história da educação brasileira expressa nas políticas educacionais que privilegiaram o acesso à educação a um grupo restrito da população, constituindo trajetórias de formação diferenciadas para as elites e para os trabalhadores. (COELHO; GONÇALVES. 2012. p.65)

Para compreender o conceito de formação integrada, Ciavatta (2005), apud Documento Base do PROEJA Médio, propõe uma reflexão que vai além do sentido moral da palavra "integrar". Segundo a autora, integrar significa alcançar uma visão de completude, onde as partes são compreendidas em sua relação com o todo, considerando a educação como uma totalidade social construída por múltiplas mediações históricas. Essa perspectiva enfatiza a inseparabilidade entre a educação geral e a educação profissional, abrangendo todos os campos da preparação para o trabalho, desde os processos produtivos até os processos educativos, como formação inicial e continuada, ensino técnico, tecnológico e superior. Ciavatta destaca ainda a importância do trabalho como princípio educativo, buscando superar a antiga dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Nesse sentido, a formação integrada busca incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, promovendo uma classe trabalhadora capaz de atuar não apenas como executora, mas também como dirigente e cidadã consciente, alinhada à visão gramsciana de emancipação e protagonismo. (MARASCHIN; FERREIRA, 2019)

A construção de um currículo integrado deve ser um processo colaborativo, envolvendo docentes de todas as áreas. É na concepção e implementação desse currículo que se abrem oportunidades para que os professores compartilhem seus saberes. Trabalhando em conjunto, podem superar, de um lado, o excesso de academicismo presente na formação geral e, de outro, a abordagem exclusivamente técnico-operacional, demasiadamente focada em atender às demandas do mercado de trabalho, característica comum na formação técnica. Essa colaboração é essencial para criar uma educação mais equilibrada e verdadeiramente integrada. (COELHO; GONÇALVES. 2012)

É preciso questionar se o EJA/EPT tem conseguido, de fato, cumprir sua missão de inclusão e transformação. Embora a proposta seja promissora, a implementação muitas vezes esbarra em desafios estruturais, como a falta de recursos e a dificuldade de articulação com o mercado de trabalho. Além disso, é fundamental garantir que a educação oferecida não se limita à qualificação técnica, mas também promove uma formação cidadã, capaz de empoderar os estudantes e ampliar suas possibilidades de participação ativa na sociedade.

Na prática muitas vezes não acontecem desta forma positiva, as políticas educacionais, devem por sua vez, ser construídas em meio a debates e disputas, carregando consigo inevitáveis contradições. Para que sejam eficazes, é essencial que os sujeitos aos quais elas se destinam sejam ouvidos, e suas vozes sejam consideradas no processo de formulação e implementação. No entanto, essa escuta precisa ir além de uma visão idealizada ou abstrata, compreendendo historicamente os processos formativos que articulam ciência, trabalho e cultura, como aponta Frigotto (2005). Somente dessa forma é possível construir políticas educacionais que dialoguem com a realidade concreta dos estudantes e promovam uma verdadeira integração entre o aprendizado e sua aplicação prática no mundo profissional. (YAMANOE, 2013)

Esses fatores revelam uma valorização significativa da qualificação profissional e dos conhecimentos técnicos. Algumas motivações refletem um interesse mais amplo pelo aprendizado, no qual o desejo de superar dificuldades em áreas específicas, como matemática, ganha destaque. Isso se conecta à ideia de uma educação desinteressada, na qual o aprendizado é valorizado por si só, indo além de uma relação imediata com o processo produtivo.

Neste sentido, questionamos: como a educação pode articular de forma equilibrada o desenvolvimento do pensamento crítico e a preparação para o mundo do trabalho, promovendo uma formação integral que contemple as diversas dimensões da vida em sociedade?

É preciso questionar se o EJA/EPT tem conseguido, de fato, cumprir sua missão de inclusão e transformação. Embora a proposta seja promissora, a implementação muitas vezes esbarra em desafios estruturais, como a falta de recursos e a dificuldade de articulação com o mercado de trabalho. Além disso, é fundamental garantir que a educação oferecida não se limite à qualificação técnica, mas também promova uma formação cidadã, capaz de empoderar os estudantes e ampliar suas possibilidades de participação ativa na sociedade, como enfatizada do processo formativo da cidadania.

Todo processo educativo para jovens e adultos é marcado por condições singulares quanto a classe trabalhadora; assim, o processo histórico em curso é a subtração do número de alunos nessa modalidade educativa. Modalidade que tem como desafio compreender a educação como proposição de uma sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar este trabalho é, acima de tudo, registrar uma trajetória marcada pela escuta atenta, pela reflexão crítica e pelo compromisso com uma educação mais justa e com mais sentido para aqueles que, historicamente, foram invisibilizados pelas estruturas sociais e educacionais. A Educação de Jovens e Adultos, especialmente quando articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT), representa mais do que uma política pública: ela simboliza a possibilidade concreta de transformação de devolver sonhos interrompidos, de reacender esperanças e de abrir novos caminhos onde antes só existiam barreiras.

Apesar das boas intenções e diretrizes que orientam o PROEJA, sua implementação na prática ainda enfrenta obstáculos significativos. A ausência de infraestrutura adequada, a falta de recursos, as dificuldades em articular os diferentes campos do saber e a escuta ainda insuficiente das realidades vividas pelos estudantes, são fatores fortes que comprometem a potência dessa proposta. Para que a integração entre a formação geral e a formação profissional aconteça de fato, é fundamental que ela vá além dos documentos oficiais e se concretize no cotidiano escolar em currículos construídos de forma coletiva, que valorizem tanto a experiência dos educadores quanto o protagonismo dos estudantes.

É imprescindível que as políticas educacionais e as práticas pedagógicas caminhem lado a lado, sustentadas por uma abordagem que realmente busque oferecer uma educação inclusiva, transformadora e conectada à vida. Como sociedade, temos a responsabilidade de assegurar a esses sujeitos o direito a uma educação pública de qualidade e esse direito só se torna realidade por meio de ações concretas: a formação continuada de professores e gestores, o investimento adequado em políticas para a EJA e, acima de tudo, o reconhecimento da educação como uma ferramenta potente de justiça social, especialmente para quem foi, por tanto tempo, marginalizado e silenciado.

Essa transformação, no entanto, não se dá de forma rápida nem isolada. Ela exige um processo consistente e coletivo, baseado na circulação de informações, na produção de conhecimento e na construção de práticas pedagógicas verdadeiramente comprometidas com a emancipação dos sujeitos. Com esses elementos, é possível construir uma educação que inclua, que respeite e que, sobretudo, transforme vidas.

A proposta da EJA/EPT, nesse sentido, representa um passo importante na construção de uma escola mais aberta, mais acolhedora e mais significativa, com isso promove a construção de uma identidade ao mesmo tempo estudiantil e de luta por melhores condições de vida.

Ainda há muito a ser feito para que seus objetivos sejam plenamente alcançados, mas seguir nesse caminho é essencial. Afinal, a educação precisa ser um espaço de resgate de sonhos e de construção de futuros e não apenas uma resposta imediata às exigências do mercado.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Outros sujeitos, outras pedagogias: políticas públicas e práticas educativas na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- BASTIANI, Décia Maria de. Perfil e desafios dos alunos da educação de jovens e adultos do município de Santa Helena-PR. 2011. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2011.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996
- BRASIL. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
- BRASIL. Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Altera dispositivos do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
- CIAVATTA, M. Educação profissional no Brasil: Afinal, do que se trata? Educação Sociedade, 27(95), 385-414. 2006.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional. São Paulo: cut, 2005a. p. 19-62.
- COELHO, Juçara Eller; GONÇALVES, Aparecida Rocha. PROEJA: O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO. Revista Técnico-Científica do IFSC, v. 1, n. 3, p. 63-63, 2012.

Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio. IN FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs). Ensino Médio Integrado: concepção e diretrizes. São Paulo: Cortez, 2005.

FILHO, D. L. (2010). O PROEJA em Construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. *Educação & Realidade*, 35(1). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/11023>

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 62. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do capitalismo: por uma política educacional emancipatória. São Paulo: Cortez, 2010.

GADOTTI, Moacir. História das ideias pedagógicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MARASCHIN, Marilei Severo; FERREIRA, Liliana Soares. Trabalho pedagógico na EJA/EPT na perspectiva do currículo integrado. *Revista Contrapontos*, Itajaí, v. 19, n. 1, p. 27–48, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/13502>.

MARON, Neura Maria Weber. *Os cursos de especialização do PROEJA como estratégia de formação de professores e gestores. Educere et Educare: Revista de Educação*, v. 4, n. 8, jul./dez. 2009, p. 151-165.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, AL S. PROEJA: entre desafios e possibilidades. *Holos*, v. 2, p. 114-129, 2012.

SANDRI, Simone; YAMANOE, Mayara Cristina Pereira. As relações estabelecidas pelos sujeitos-alunos do PROEJA: desintegração da formação

SOUZA MACHADO, Lucilia Regina de. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. *Educação & Sociedade*, v. 32, p. 689-704, 2011.